



**Universidade de Brasília
Bacharelado em Ciência Política**

**Transfeminismo negro na vereança: um estudo dos mandatos de mulheres
trans e travestis negras eleitas em 2020.**

IGOR GABRIEL CARDOSO DE SOUSA

Brasília

Mai de 2023



Universidade de Brasília
Bacharelado em Ciência Política

**Transfeminismo negro na vereança: um estudo dos
mandatos de mulheres trans e travestis negras eleitas
em 2020.**

IGOR GABRIEL CARDOSO DE SOUSA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Ciência Política, do Instituto de Ciência
Política, Universidade de Brasília, como requisito
parcial para obtenção do grau de Bacharel em
Ciência Política, sob a orientação da professora
Danusa Marques.

Brasília – DF

Resumo: As eleições municipais de 2020 são apontadas por pesquisadores do campo da representação política de pessoas LGBTI+ como um marco do que aparenta ser a consolidação da estratégia do movimento de participar da política institucional. Em 2020, o perfil da vereança brasileira foi renovado, tornando-se mais diverso e mais conectado aos movimentos sociais e, nessa linha, o presente artigo enfoca na análise das mulheres trans e travestis negras eleitas em 2020, buscando entender como se deu a atuação legislativa nos dois primeiros anos dos seus mandatos. Para esse fim, foram identificadas as 11 mulheres trans e travestis negras eleitas no período, cruzando dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), coletados dados institucionais sobre a atuação parlamentar e relacionado os achados com os obstáculos enfrentados por grupos sub-representados em espaços institucionais.

Palavras-chave: Representação Política Transexual; Câmaras Municipais; Eleições 2020.

1. Introdução

As eleições municipais de 2020 foram marcadas pelo exponencial aumento de candidaturas de mulheres, de pessoas negras, de pessoas LGBTI+¹, e demais pessoas pertencentes a grupos sub-representados na política brasileira. As primeiras eleições realizadas após a eleição de Jair Bolsonaro e da guinada ultraconservadora ocorrida nas eleições de 2018 mostraram, assim, uma resposta dos movimentos sociais e da sociedade civil organizada em busca de barrar o avanço da extrema-direita e defender os direitos de grupos sub-representados no espaço institucional.

Como resultado, as Câmaras Municipais brasileiras iniciaram suas novas legislaturas mais diversas, e mais conectadas com as demandas dos movimentos sociais (Barbabela 2022). Este artigo, nessa linha, enfoca na eleição das 11 mulheres transexuais e travestis negras eleitas vereadoras e co-vereadoras em 2020, buscando analisar os dois primeiros anos dos seus mandatos, a partir da identificação e análise de proposições relativas à consolidação dos direitos das pessoas LGBTI+, bem como a tentativa de mensurar a reverberação sociopolítica da presença institucional de seus corpos.

A identificação das mulheres transexuais e travestis negras eleitas em 2020 foi realizada a partir do cruzamento dos dados do TSE, sobre a autoidentificação racial das eleitas, com os dados levantados pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) sobre o número de pessoas transexuais e travestis eleitas em 2020. A identificação de gênero e raça das co-vereadoras Carolina Iara, do mandato coletivo Bancada Feminista (PSOL), e Samara Sosthenes, do mandato coletivo Quilombo Periférico (PSOL), foi feita a partir da identificação dos perfis das eleitas em redes sociais e em entrevistas concedidas por elas, uma vez que o registro das candidaturas coletivas requer apenas os dados da chamada “pessoa que empresta o CPF”, a única permitida pela legislação a exercer formalmente o mandato dentro das casas legislativas, como pronunciamentos em reuniões e sessões, apresentação de proposições, requerimentos e afins.

Para a análise da produção legislativa, as proposições de autoria das vereadoras ou do mandato coletivo da qual elas fazem parte foram identificadas nos canais oficiais das respectivas Câmaras Municipais. A partir disso, foram analisadas as tramitações das

¹ Assim como utilizado por Pedro Barbabela (2022), o principal autor citado nesse trabalho, utilizo como referência a sigla LGBTI+ para me referir à comunidade de lésbicas, gays, transexuais e travestis, pessoas intersexo e demais identidades não-cis-heteronormativas.

proposições de modo a identificar se houve tentativa de impedir a aprovação das iniciativas por parte dos demais vereadores. Ainda, para contribuir com a análise da reverberação da presença institucional de mulheres transexuais e travestis negras, foi realizada a pesquisa de palavras-chave contendo o nome da vereadora ou co-vereadora e a casa legislativa, buscando encontrar matérias jornalísticas e produções acadêmicas que reflitam a repercussão social e política da eleição e da atuação transfeminista negra.

A definição dos recortes de pesquisa se dão pelo número de mulheres trans e travestis negras eleitas nos Legislativos municipais em 2020, o que permite a identificação de tendências e a testagem de hipóteses, bem como o valor simbólico e substantivo (Pitkin, 2006) da eleição de corpos marcados por duas violências estruturais da sociedade brasileira: o racismo e a transfobia. É sabido, também, que questões relativas aos direitos LGBTI+ têm sido tratadas no Brasil por iniciativa dos poderes Executivo e Judiciário (Barbabela 2022), no que aparenta ter uma relação direta com o perfil dos parlamentares eleitos nos níveis subnacional e nacional. Dessa maneira, a eleição de pessoas trans, bem como as demais pertencentes ao movimento LGBTI+, projeta uma mudança na agenda legislativa no Brasil.

Para atingir os fins acima expostos, o artigo se divide em 5 seções, contando com esta introdução e as considerações finais. Na segunda seção, discorro sobre o emergente movimento transfeminista negro, buscando conceituar o movimento e dialogando com os estudos realizados sobre o tema. Na terceira, faço menção ao processo eleitoral sob a perspectiva das candidaturas LGBTI+, com enfoque nas eleições municipais de 2020, para, em seguida, apresentar dados sobre as mulheres trans e travestis negras eleitas no período, na quarta seção. Por fim, a quinta seção traz análises e reflexões sobre a ação legislativa transfeminista negra, identificando estratégias, obstáculos e conquistas identificados a partir da chegada de corpos até então ausentes de forma organizada na esfera legislativa brasileira.

Ainda que não faça parte do escopo de pesquisa, faz-se necessário mencionar a eleição de todas as 30 pessoas transexuais e travestis eleitas no período analisado, apontando a eleição do vereador Thammy Miranda (PL) na cidade de São Paulo/SP, e do co-vereador negro Heitor Gabriel, do mandato coletivo do Wesley da Dialogue (PODEMOS) em Araçatuba/SP, os únicos homens transexuais eleitos em 2020. Certamente esses mandatos poderão ser analisados em trabalhos futuros.

2. A emergência do transfeminismo negro brasileiro

Compreender o emergente movimento transfeminista negro brasileiro é fundamental para a análise posterior dos mandatos das mulheres trans e travestis negras eleitas em 2020. No entanto, é preciso pontuar que o movimento ainda é recente e não consensual, e grande parte dos estudos publicados sobre o tema enfatiza que é ainda um campo em ascensão e em construção.

O transfeminismo é uma linha de pensamento e ação feminista em construção, na prática uma literatura de fronteira, fortemente baseada na internet e herdeira, principalmente, das contribuições teórico-práticas do feminismo negro, no que concerne ao princípio da interseccionalidade, a não hierarquia de opressões, ao empoderamento das falas das pessoas historicamente oprimidas e ao questionamento da apropriação do conceito de mulher pelas feministas brancas. (JESUS, J., 2018, p. 16)

Nessa linha, Leticia Nascimento (2020) identifica no transfeminismo negro o objetivo de transgenerização do feminismo negro e de enegrecimento do transfeminismo. Embora Emi Koyama (2001) já tenha indicado, em posfácio, que o seu reconhecido texto “*Manifesto Transfeminista*” apresenta incoerências e necessita de atualizações frente aos avanços do debate, o texto ainda é utilizado como um dos primeiros e principais trabalhos que conceituam a proposta do transfeminismo, definido como “um movimento de e para mulheres trans que veem a sua libertação como intrinsecamente ligada à libertação de todas as mulheres (e além)” (KOYAMA, E. 2001).

Já o feminismo negro, como aponta Sueli Carneiro (2003), propõe como principal eixo articulador o racismo e seus efeitos sobre as relações de gênero, trazendo para pauta os efeitos que o racismo articula às opressões sexistas, intensificando um processo de exclusão e marginalização das mulheres negras.

O esforço pela afirmação de identidade e de reconhecimento social representou para o conjunto das mulheres negras, destituído de capital social, uma luta histórica que possibilitou que as ações dessas mulheres do passado e do presente (especialmente as primeiras) pudessem ecoar de tal forma a ultrapassarem as barreiras da exclusão. (CARNEIRO, S. 2003, p. 129)

A partir desse diálogo entre o transfeminismo e o feminismo negro, Leticia Nascimento sintetiza que “tanto as transgeneridades quanto as negritudes são marcadores sociais que produzem assimetrias e vulnerabilidades num contexto de manutenção do sistema cis-heterossexual e racista” (NASCIMENTO, L., 2020, p. 130). Essa constatação é partilhada por Silvana de Souza Nascimento (2022), que enxerga a vivência interseccional do corpo transgênero e preto no Brasil como marcadamente da periferia e da prostituição. Dados do dossiê da ANTRA sobre o assassinato de pessoas transexuais, destacam que em 2022 foram

131 pessoas trans assassinadas no país, sendo 99% das vítimas mulheres trans e travestis, 76% negras, e 54% profissionais do sexo. Pelo menos metade tinha entre 18 e 29 anos (52,1%) (Benevides, 2023).

Thiago Coacci (2014) também publicou estudo sobre o campo do transfeminismo no Brasil, onde se propôs a mapear de maneira preliminar o que chamou de uma corrente em ascensão no país. Nesse trabalho, além do resgate histórico acerca das transgeneridades dentro do debate feminista latino-americano e do Caribe, Coacci identifica no final da década de 90 e início dos anos 2000 as primeiras formulações sobre esta corrente, entendimento partilhado por Silvana Nascimento (2022), que aponta que o transfeminismo foi inicialmente pautado por jovens transexuais e travestis que produziam conteúdos em blogs, e em páginas e comunidades do Facebook. Foi dessa produção nas redes que surgiram pioneiras do pensamento transfeminista brasileiro como a militante de movimentos sociais e coletivos zapatistas Aline de Freitas, que criou um blog não mais existente sobre o transfeminismo, e Hailey Kaas, cofundadora do blog ainda existente “Transfeminismo.com”.²

Outro ponto central reconhecido por Coacci (2014) é o de que o transfeminismo dialoga com as críticas ao conceito de gênero, tentando repudiar o uso do termo como análogo ao de diferença sexual baseada em aspectos biológicos. “Essas críticas permitem uma compreensão ampliada do que é feminilidade/masculinidade e do próprio ‘ser mulher’ como algo não ontológico, um processo permanente de construção e sem um modelo único ou destino final” (COACCI, T., 2014, p. 153)

Por fugir do escopo deste artigo, limito-me a esta apresentação apenas conceitual do transfeminismo negro, por entender que esse entendimento inicial é importante para compreender a identificação das vereadoras e co-vereadoras transexuais e travestis negras eleitas como representantes do movimento. É certo que há extensa e rica bibliografia que se propõe a analisar com maior fôlego a história do movimento feminista e as questões que envolvem transgeneridade, raça e demais recortes que representam as diversas compreensões de mulheridade, ou nos termos de Silvana Nascimento (2022), das construções socioculturais de gênero do que se entende por atributos femininos.

² Sobre as citadas pioneiras do transfeminismo e suas formulações sobre a corrente, ver COACCI, T. Encontrando o transfeminismo brasileiro: um mapeamento preliminar de uma corrente em ascensão. História Agora, n. 1, 2014.

É com base nessa literatura que são analisadas as potencialidades da eleição de pessoas transexuais e travestis negras para cargos eletivos, relacionando o debate da representação política elaborado por Pitkin (2006) e da política de presença de Phillips (2001) com a quebra de padrões reproduzidos de mulheridade e de pessoa cidadã que inviabilizam corpos transgêneros negros. Sobre isso, Coacci já identifica, em 2014, o diálogo indireto do transfeminismo com o Estado, devido ao fato de que as demandas centrais das pessoas trans estão vinculadas a programas de saúde pública e ao reconhecimento legal da alteração do seu nome e gênero. Essas demandas são endereçadas pelas mulheres trans e travestis negras eleitas em 2020, como veremos na seção 5.

3. Eleições, diversidade e estratégia

Uma vez compreendido de onde vem e o que defende o transfeminismo negro, passo a tratar dos aspectos relativos ao processo eleitoral e a participação de pessoas transexuais negras no Brasil. Sobre esse aspecto, é preciso apontar para a ausência de dados oficiais do governo brasileiro sobre a identificação de pessoas candidatas em relação a sua orientação sexual e/ou identidade de gênero, como denunciado por Barbabela (2022). Os dados disponíveis são produzidos por movimentos sociais e associações como a Associação Nacional de Transexuais e Travestis (ANTRA) - que foi a fonte dos dados coletados nesta pesquisa - e que buscam suprir essa deficiência do Estado, mas que, pela descentralização dos dados, são passíveis de lacunas e vieses (Barbabela, 2022).

Não obstante os desafios, as eleições municipais de 2020 têm sido apontadas por pesquisadores do campo da representação política de pessoas LGBTI+ como um marco do que aparenta ser a consolidação da estratégia do movimento de participação na política institucional, a julgar pelo crescimento das candidaturas e da eleição de pessoas LGBTI+ no Brasil. Dados levantados por Barbabela (2022) mostram que foram eleitas 27 em 2012, 44 em 2016 e 121 em 2020. Já o projeto Colabora destacou a pluralidade das pessoas eleitas, com base em dados de organizações como a já citada ANTRA e a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), onde apresenta a eleição de indígenas, pessoas LGBTI+, quilombolas, pessoas com deficiência, pessoas negras e mandatos coletivos em uma proporção inédita no país.

Em relação à eleição de pessoas transgênero, a Gênero e Número divulgou dados da ANTRA que mostram que o número de eleitas nas eleições municipais de 2020 foi quatro

vezes maior do que em 2016, sendo sete delas as mais votadas de seus municípios. Além disso, foi em 2020 que Carolina Iara (PSOL) se tornou a primeira mulher abertamente intersexo eleita no país e a primeira vereadora que vive com HIV na Câmara Municipal. Os 3 projetos voltados para pessoas intersexo identificados nesta pesquisa foram protocolados pela Bancada Ativista (PSOL), da qual Carolina Iara foi co-vereadora.

A conclusão de Barbabela foi de que essa votação histórica viabilizou a adoção de estratégias plurais, que buscaram, de modo geral, uma maior conexão com o eleitorado e o estabelecimento de uma forma de representação mais comprometida com setores sociais (Barbabela, 2022). A eleição de 2020, desse modo, pode ser o início da organização institucionalizada do movimento LGBTI+ que atua em suas pautas na tentativa de resistência contra os retrocessos neoconservadores acentuados na eleição de 2018 e a negligência do Poder Legislativo nacional em tratar de temas centrais para o movimento.

Em esfera federal, as conquistas dos movimentos LGBTI+ se efetivaram via Judiciário e Executivo. Podemos citar a criação de políticas públicas, como o programa “Brasil sem Homofobia” (2004), o reconhecimento da união estável (2011) e do casamento entre pessoas do mesmo sexo (2013), a retificação dos documentos de travestis e transexuais (2018), a criminalização da LGBTfobia (2019) e a possibilidade de doação de sangue por homens que fazem sexo com outros homens (2020). (BARBABELA, P., 2022, pp. 432-433)

A negligência legislativa com essas pautas aparenta ter uma relação direta com o perfil dos parlamentares eleitos nos níveis subnacional e nacional e, desse modo, a eleição de pessoas LGBTI+, em especial das mulheres trans e travestis aqui estudadas, projeta para uma mudança na agenda legislativa no Brasil.

Essa projeção é embasada, também, pela análise feita por Barbabela (2022) sobre a emergência de pessoas LGBTI+ eleitas por partidos de esquerda e centro-esquerda, historicamente mais abertos para o debate sobre gênero e sexualidade em suas instâncias em comparação com partidos de direita e centro-direita. Até 2020, o autor aponta que a maioria das pessoas LGBTI+ eleitas eram filiadas a partidos de direita e centro-direita, mesmo quando as candidaturas LGBTI+ foram, em 2016, majoritariamente de esquerda. Foi somente nas eleições de 2020 que pessoas LGBTI+ filiadas à esquerda passaram a ser maioria eleita, trazendo também um processo de maior politização, levantando pautas do movimento e buscando a consolidação de direitos (MENDES, BARBABELA 2021).

É certamente simbólico que as primeiras eleições ocorridas após a eleição de Jair Bolsonaro como presidente da república tenham sido marcadas por um número inédito de

candidaturas LGBTI+, de pessoas negras, de mulheres e de demais pessoas pertencentes a grupos sub-representados na institucionalidade. Entretanto, nesse ponto é preciso relacionar as dinâmicas eleitorais enfrentadas por candidaturas ao nível subnacional, em especial municipal, em relação às eleições para cargos federais. É certo que apenas o lançamento de candidaturas não é suficiente, uma vez que o sucesso eleitoral demanda campanhas bem estruturadas, com apoio partidário, boa articulação política e construção da pessoa candidata como figura pública. Aparenta ser essa a justificativa para que candidaturas LGBTI+ por partidos de direita e centro-direita tenham sido majoritárias até 2016. Sobre isso, Kerbauy (2005) aponta que a dinâmica em cidades pequenas e do interior é marcada pelo reduzido número de partidos com estrutura competitiva, além da influência de nomes tradicionais na política local e o conseqüente caráter personalista do processo.

Historicamente, diversas vereadoras LGBTI+ eleitas no interior do país, mesmo filiadas a partidos conservadores, apresentaram pautas que buscavam garantir reconhecimento e direitos ao segmento LGBTI+ como o uso do nome social, políticas de empregabilidade trans e de combate à violência LGBTIfóbica. (BARBABELA, P., 2022, p.440)

Assim, concordo com Barbabela quando afirma que a filiação a partidos de direita não significa que as pessoas LGBTI+ eleitas não sejam progressistas ou que não são aliadas à pauta do movimento. Essa constatação pôde ser vista na atuação das 4 mulheres transexuais e travestis negras eleitas em 2020 por partidos de direita e de centro-direita e aqui analisadas.

As eleições municipais, por mais que sejam a porta de entrada na política por requererem menos estrutura para seu êxito, também refletem como as estruturas de opressões funcionam e, nesse sentido, Barbabela mostra que historicamente as pessoas LGBTI+ eleitas são brancas, mesmo quando as negras são a maioria em lançar candidaturas. Esse perfil só passou a mudar após a decisão do STF que determinou a destinação proporcional do dinheiro do Fundo Partidário e do Fundo Eleitoral às candidaturas negras, em 2020.

Dentro das candidaturas LGBTI+, é preciso olhar para as pessoas candidatas transexuais e travestis. Santos (2016) concluiu, ao analisar as eleições de 2014 e de 2016, que as candidatas transexuais eram as com menor nível de escolaridade, com 75% delas com até o ensino médio completo, enquanto 59,1% dos gays e 45% das lésbicas (cisgêneros) finalizaram ou estavam cursando nível superior. Dessa forma, Santos (2016) aponta que a população de travestis e transexuais vivencia uma situação particular de vulnerabilidade no Brasil.

Por fim, novamente embasado em levantamento realizado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais, aponto para as candidaturas e os resultados das eleições gerais de 2022. A associação mapeou 79 candidaturas de transexuais no país, sendo 70 travestis e mulheres trans, 5 homens trans, e 4 pessoas não binárias. Esse número representa um aumento de 49% em relação a 2018. Já em relação ao perfil étnico/racial, a associação identificou 3 candidaturas de pessoas indígenas, 24 pessoas brancas e 52 negras, em linha com o identificado nas candidaturas em geral, que apresentou maioria negra em 2022.

Dessas candidaturas, 5 mulheres trans e travestis foram eleitas, sendo Érika Hilton (PSOL/SP) e Duda Salabert (PDT/MG) as duas primeiras pessoas transexuais eleitas para a Câmara dos Deputados. Nas Assembleias Legislativas estaduais, Linda Brasil (PSOL) foi eleita em Sergipe, Dani Balbi (PCdoB) foi eleita no Rio de Janeiro, e Carolina Iara (PSOL) foi eleita co-deputada estadual pela Bancada Feminista em São Paulo. Destas, 3 são negras e 2 haviam sido eleitas vereadoras em 2020, ambas para a Câmara Municipal de São Paulo.

4. Pessoas Trans e Travestis eleitas em 2020

Conforme o exposto nas seções passadas, o perfil da vereança brasileira foi renovada em 2020, tornando-se mais diversa e mais conectada aos movimentos sociais. Mendes e Barbabela (2021) apontam que as últimas eleições municipais realizadas apresentaram uma mudança na ideologia partidária de pessoas LGBTI+ eleitas, que passou a ser de partidos de esquerda e de centro-esquerda. Ainda, os autores apontam para um processo de maior politização das pautas do movimento, no que sugere uma busca pela consolidação de direitos.

Os apontamentos sobre o quadro geral de candidaturas feito por Mendes e Barbabela (2021) são vistos no perfil das vereadoras e co-vereadoras trans e travestis negras eleitas em 2020, a julgar pelos partidos pelos quais elas foram eleitas. Das 11 parlamentares, 4 se elegeram pelo PSOL, 1 pelo PT, 1 pelo PDT e 1 pelo PSB, somando 7 eleitas por partidos de esquerda. As demais vereadoras foram eleitas por partidos de centro e direita, sendo 1 pelo Democracia Cristã, 2 pelo MDB e 1 pelo então DEM (hoje em federação partidária com o PSL, o União Brasil).

No entanto, sobre esses dados é preciso manter em mente o debate levantado na seção passada sobre as diferenças no processo eleitoral no âmbito municipal em relação à esfera nacional. Questões basilares como estrutura e competitividade partidária nos municípios certamente influenciam a filiação das parlamentares, o que gera dúvida em relação à

identificação ideológica das eleitas com os seus partidos, e aponta para uma possível escolha por pragmatismo político, que pode ser determinante para o êxito eleitoral.

Em relação à disposição das parlamentares eleitas por região, a pesquisa mostra que pouco mais de 81% se concentram na região sudeste, com 9 mulheres trans e travestis negras eleitas, sendo 5 no estado de São Paulo (Érika Hilton - PSOL; Carolina Iara - PSOL; Samara Sosthenes - PSOL; Dandara - MDB; e Myrella Soares - então DEM), 2 no Rio de Janeiro (Benny Briolly - PSOL; e Kará - PDT) e 2 em Minas Gerais (Titia Chiba - PSB; e Gilvan Masferrer - Democracia Cristã). Na região norte apenas a vera. Paulinha da Saúde (MDB), de Eldorado dos Carajás/PA, e na região Sul apenas a vera. Lins Robalo (PT), de São Borja/RS, foram eleitas, conforme visto na tabela 1.

Tabela 1: Vereadoras e co-vereadoras trans e travestis negras eleitas em 2020

Nome	Partido	Região	UF	Cidade
Paulinha da Saúde	MDB	Norte	PA	Eldorado dos Carajás
Titia Chiba	PSB	Sudeste	MG	Pompéu
Gilvan Masferrer	DC	Sudeste	MG	Uberlândia
Benny Briolly	PSOL	Sudeste	RJ	Niterói
Kará	PDT	Sudeste	RJ	Natividade
Erika Hilton	PSOL	Sudeste	SP	São Paulo
Carolina Iara*	PSOL	Sudeste	SP	São Paulo
Samara Sosthenes*	PSOL	Sudeste	SP	São Paulo
Dandara	MDB	Sudeste	SP	Patrocínio Paulista
Myrella Soares	DEM	Sudeste	SP	Bariri
Lins Robalo	PT	Sul	RS	São Borja
* Co-vereadoras				

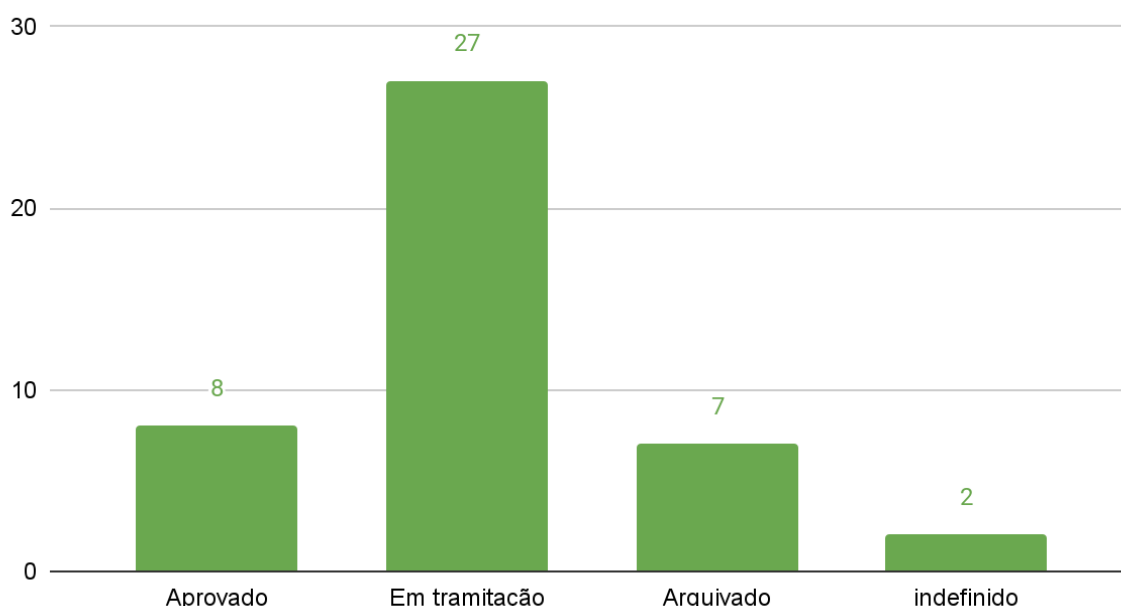
Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Em relação ao processo legislativo, a presente pesquisa levantou 44 proposições voltadas para a população LGBTI+ apresentadas na primeira metade da legislatura 2021/2024, ou seja, nas suas duas primeiras sessões legislativas (2021/2022). As proposições são 38 projetos de lei, 2 projetos de resolução, 1 projeto de decreto legislativo, 1 pedido de informação, 1 indicação e 1 moção. Desse total, 8 proposições foram aprovadas, das quais

metade instituíram dias municipais em celebração e/ou conscientização da comunidade LGBTI+; 1 instituiu a Frente Parlamentar em defesa da cidadania LGBTIA+ na Câmara de Niterói; 1 requereu informações sobre o atendimento nas unidade de saúde às pessoas que sofreram LGBTfobia, em Uberlândia; 1 criou o Conselho Municipal de Atenção à Diversidade Sexual, em Uberlândia; e 1 concedeu o título de cidadã niteroiense à mulher transexual negra e ex-deputada estadual Érica Malunguinho. As demais 36 proposições ainda estão em tramitação (27) ou foram submetidas ao arquivo (7). 2 proposições não puderam ser classificadas por falta de transparência das casas legislativas, conforme o gráfico 1 a seguir.

Gráfico 1: Situação das proposições LGBTI+

Tramitação das proposições

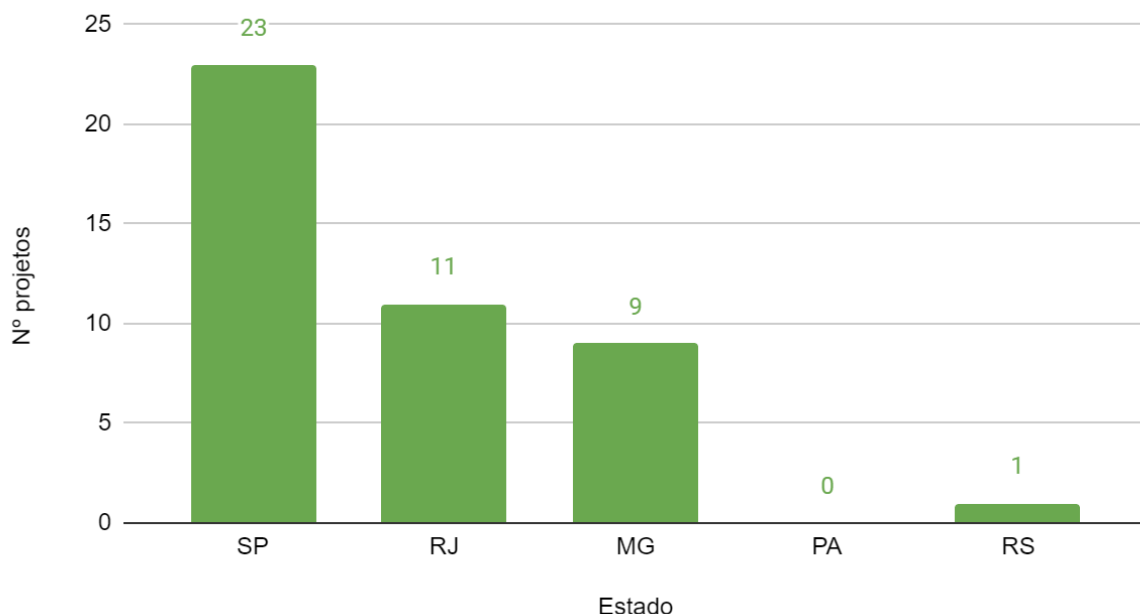


Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

O levantamento dessas proposições possibilitou apontar para a concentração na região sudeste, e em especial na cidade de São Paulo/SP, do protocolo de proposições voltadas para o movimento LGBTI+. Foi na Câmara deste município onde a atuação legislativa tomou corpo e pôde agir estrategicamente, devido à eleição de 3 mulheres trans e travestis negras na casa. Juntas, protocolaram 6 projetos em coautoria, todas ainda em tramitação. A relação de proposições protocoladas por estado pode ser conferida no gráfico 2.

Gráfico 2: Relação de proposições por estado

Nº projetos por estado



Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Sozinho, o estado de São Paulo concentra 52% dos projetos levantados, e todas as proposições aprovadas e todas as arquivadas até o final da segunda sessão legislativa da legislatura 2021/2024 se concentram na região sudeste. As vereadoras com maior produção legislativa LGBTI+ também se concentram na região, sendo elas as vereadoras Érika Hilton (PSOL) com 14 proposições, Benny Briolly (PSOL) com 11, e a co-vereadora Carolina Iara com 9. Fora do eixo Rio-São Paulo, a vereadora Gilvan Masferrer (DC), de Uberlândia/MG, se destaca com 8 protocolos. Na outra ponta, a pesquisa não identificou proposições com temática LGBTI+ protocoladas pelas vereadoras Paulinha da Saúde e Kará.

Vale destacar que as informações sobre a atuação da vereadora Kará são escassas, devido à falta de transparência da Câmara Municipal de Natividade/RJ. A pesquisa só pôde analisar as atas das sessões realizadas no ano de 2021, devido à ausência das relativas ao ano de 2022. Nas atas disponíveis, foi identificado que a vereadora fez menção ao Dia do Orgulho LGBTQIA+, comemorado no dia 28 de junho. Nesta oportunidade, Kará expressou sua felicidade em ser uma representante do movimento na Câmara e declarou que sempre lutaria por uma sociedade com direitos iguais.

A pesquisa também levantou o número de vereadoras eleitas para posições de destaque nas Câmaras Municipais. Para cargos na mesa diretora apenas as vereadoras Titia Chiba e Myrella Soares foram eleitas. Titia Chiba foi vice-presidente da mesa no biênio 2021/2022, sendo eleita 2ª secretária para o biênio 2023/2024, e Myrella Soares foi eleita 2ª secretária – A 2ª secretária tem atribuições de auxílio e eventual substituição à 1ª secretária no desenvolver dos trabalhos da mesa diretora. Nas comissões, apenas as vereadoras Paulinha da Saúde, Benny Briolly e Erika Hilton foram eleitas presidentes de comissões. Novamente, não foi possível identificar possíveis cargos da vereadora Kará.

5. Ação legislativa transfeminista negra: violências e obstáculos

Com base nos dados apresentados na quarta seção, estendem-se as possibilidades de análises. No entanto, para os fins desta pesquisa limito-me a relacionar a produção legislativa das mulheres transexuais e travestis negras eleitas com os obstáculos enfrentados por elas enquanto parlamentares pertencentes a grupos sub-representados na política brasileira e vítimas da articulação interseccional de opressões estruturais da sociedade brasileira como o racismo e a transfobia.

São compartilhados na história de vida das parlamentares analisadas os casos de violência direta e indireta, refletidos na própria ausência de políticas públicas que assegurem o gozo de direitos enquanto pessoa cidadã no Brasil. Em entrevista ao Diário de Uberlândia, a vereadora Gilvan Masferrer (DC) relata sua trajetória desde que se entendeu enquanto transexual, ainda na infância, e os preconceitos que sofreu durante os anos escolares e na posterior vida profissional. Em 2013, Masferrer foi vítima de tortura quando retornava para casa ao voltar do trabalho, quando era assessora parlamentar. A vereadora, que vive com sequelas da agressão, relata que a atacaram com pedras e paralelepípedos, resultando na quebra do seu maxilar, na perda de 26 dentes, 3% da massa encefálica e um rim. O caso da vereadora é mais um dentro da estatística de ataques transfóbicos, marcados pela crueldade e ações desumanizantes. O dossiê da ANTRA citado na seção 3 aponta que em 2022, 65% dos casos de transfeminicídio no Brasil tiveram requintes de crueldade.

O cenário não muda com a eleição, que por vezes intensifica as ameaças e agressões. Na capital paulista, um homem chegou a disparar tiros em frente a casa da co-vereadora Samara Sosthenes (PSOL), dias após sua participação em ações do Dia Nacional da Visibilidade Trans, comemorado no dia 29 de janeiro. Dias antes, a casa da co-vereadora

Carolina Iara (PSOL), já havia sido atingida por dois disparos no mesmo dia em que um homem invadiu o gabinete da vereadora Erika Hilton (PSOL) na Câmara Municipal.

É emblemático o caso da vereadora Benny Briolly, que chegou a sair do Brasil após ser vítima de ameaças de morte, logo após a sua eleição como a primeira vereadora transexual de Niterói. Durante o seu exercício parlamentar, Briolly enfrenta a transfobia do vereador Douglas Gomes (PL), o primeiro parlamentar condenado pelo crime de transfobia no Brasil, com pena de 1 ano e 7 meses de prisão, além de pagamento de multa. A sentença está sendo cumprida em regime aberto, com prestação de serviços à comunidade.

Douglas Gomes foi classificado nesta pesquisa como o principal opositor de Briolly na Câmara de Niterói, sendo identificado como o único vereador a votar contra as tramitações de 3 proposições da vereadora. As três foram aprovadas em 2021, e originaram a Resolução 3.111/21, que institui a Frente Parlamentar em Defesa da Cidadania LGBTIA+ na Câmara Municipal; o Decreto Legislativo 2.888/21, que concede título de cidadã niteroiense à Érica Malunguinho, então deputada estadual pelo PSOL/SP; e a Lei 3.645/21, chamada de “Lei Dandara Brun”, que institui no calendário oficial de Niterói o dia de luta e combate ao transfeminicídio, a ser comemorado no dia 14 de maio.

A figura do que poderia ser chamado de “líder da oposição” à presença das vereadoras transexuais negras também pôde ser encontrada em outros mandatos analisados. É o caso das parlamentares da Câmara de São Paulo, que lidam com a mobilização do vereador Sansão Pereira (Republicanos) contra projetos voltados para pautas do movimento LGBTI+. Assim como Douglas Gomes, o vereador se coloca como defensor da família, tendo forte atuação conservadora e ligada à igreja evangélica. Em sua página oficial, elenca movimentações contra pautas LGBTI+ como destaques do seu mandato, como a obstrução de projetos e a apresentação de proposições “contra a ideologia de gênero nas escolas” (sic). O que se levantou com base nos dados disponíveis no sistema da Câmara Municipal foi a oposição do vereador à criação da Frente Parlamentar LGBTI+ por Direitos e Cidadania; ao serviço de casas de acolhimento institucional de jovens e adolescentes LGBTI+ no município; a obrigatoriedade de placa em respeito ao nome social de pessoas trans e travestis; e ao programa de promoção da cidadania de pessoas transexuais. Todos esses projetos seguem em tramitação.

Sobre essa estratégia conservadora, Junqueira (2018) relaciona o uso do sintagma com a promoção de pânico moral, na medida em que

o sintagma "teoria/ideologia de gênero" e suas variações espalharam-se na forma de um poderoso slogan, inflamando a arena política em todos os continentes, catalisando, em vários contextos, manifestações virulentas contra aquilo que os movimentos anti gênero acusam serem dispositivos de indiferenciação sexual, de aniquilação da família natural ou de ameaça à ordem simbólica. Situados dentro de um mesmo campo discursivo e com nítidas semelhanças no plano das ações políticas, esses movimentos podem adotar estratégias relativamente distintas e priorizar diferentes questões ou áreas, embora tendam a acionar argumentos idênticos, semelhantes ou análogos e a nutrir a mesma aversão à afirmação dos direitos sexuais como direitos humanos. (JUNQUEIRA, R., 2018, pp. 456-457)

Ademais, a violência transfóbica é sentida pelas parlamentares transexuais também pelo não reconhecimento de suas identidades, como relatado pela vereadora Lins Robalo (PT), que foi a única mulher eleita na Câmara de São Borja/RS e é reiteradamente atacada no município por pessoas que não a reconhecem como mulher.

6. Considerações finais

Assim que eleita vereadora na Câmara Municipal de São Paulo, Érika Hilton sintetizou o que representa a eleição de pessoas transexuais negras para cargos eletivos.

Vamos ser ouvidas em outros lugares que não o cárcere, que não a prostituição. Estamos cansadas de não sermos enxergadas como humanas. Esse resultado é um grito pela recuperação da nossa humanidade, que nos é roubada todos os dias. (HILTON, É., 2021)

Para além da agenda legislativa possível com suas eleições, a presença de corpos transgêneros negros em espaços de tomada de decisão representa uma ruptura com um passado de invisibilidade e carência de políticas públicas. Pesquisa realizada pelo Programa Atenas revelou que 19 das 27 unidades da Federação não têm um plano específico para a população LGBTI+.

Apenas 52% das unidades da Federação têm leis para nome social de transexuais e travestis e 51% estabelecem penalidades administrativas por preconceito de sexo e orientação sexual. Outras medidas são adotadas em escala ainda menor. Apenas 29% das unidades da Federação proíbem financiamento público a espetáculos LGBTIfóbicos, 27% adotam identidade social para transexuais e travestis e 11% reconhecem oficialmente entidades históricas no enfrentamento da LGBTIfobia. (MÁXIMO, W., 2023)

No país amargurado pela liderança de transfeminicídio no mundo, com uma população transgênero caracterizada por baixos índices de escolaridade e empregabilidade, pela baixa expectativa de vida e pela ausência de dados oficiais do Estado sobre suas vidas, 11 mulheres

transexuais e travestis negras foram eleitas em seus municípios, apesar dos obstáculos próprios das dinâmicas eleitorais e a dificuldade de acesso a recursos e a investimentos partidários. Apesar das violências verbais e físicas, das ameaças de morte e do não reconhecimento público das suas identidades, em 2020 elas foram eleitas e demandaram, mesmo que por força do regimento interno das casas legislativas, o poder de voto, de fala e de proposição. Com variado sucesso, presidiram comissões e foram membras da mesa diretora, viram seus projetos serem sancionados e, em 2022, duas delas foram eleitas para novos mandatos.

Esta pesquisa buscou, nessa linha, refletir sobre o pensamento transfeminista negro em emergência no Brasil com a política institucional. A partir da revisão bibliográfica sobre o transfeminismo e sobre as eleições municipais de 2020, este estudo dos mandatos das vereadoras transexuais e travestis negras no Brasil se soma ao movimento de consolidação do conhecimento sobre a formulação de políticas públicas LGBTI+, no anseio de que esta agenda possa também ser construída para além dos limites do campo acadêmico.

Uma vez que esta pesquisa se situou apenas nos dois primeiros anos da vereança em posse no Brasil, é certo que os mandatos aqui analisados continuarão com sua agenda de resistência e combate ao conservadorismo transfóbico e racista, infelizmente também validado eleitoralmente em 2020. Os resultados apresentados nesta pesquisa são sementes, que poderão ser melhor compreendidas ao final da legislatura 2021/2024, e melhor ainda com os resultados vindouros que frutificarão das eleições de 2022 e das municipais de 2024, que se aproxima.

Referências

ANTRA, **Resultado candidaturas trans eleitas em 2022**. 2 out, 2022. Instagram: @antra.oficial. Disponível em https://www.instagram.com/p/CjO_0ZtNRKm/?utm_source=ig_embed&ig_rid=dfde2591-63fb-4442-b2b3-803afcf680c4. Acesso em: 16 mar. 2023

BARBABELA, Pedro. Os dilemas da representação política LGBTI+: notas sobre as eleições legislativas municipais de 2020 no Brasil. Revista Brasileira de Estudos da Homocultura, v. 4, p. 427-451, 2022.

BENEVIDES, B. Dossiê Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022. ANTRA, 2023.

BENNY BRIOLLY. **Comunicado importante**. 13 mai 2021. Instagram: @bennybriolly. Disponível em

https://www.instagram.com/p/CO1FS4dpfO9/?utm_source=ig_embed&ig_rid=cacf3668-0392-4d11-81b1-6fe4cf1050ac. Acesso em: 16 mar. 2023

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora, v. 49, p. 58, 2003

CARVALHO, Ernani Rodrigues de. Em busca da judicialização da política no Brasil: apontamentos para uma nova abordagem. *Revista Sociologia e Política*, n.23, Curitiba, 2004.

COACCI, T. Encontrando o transfeminismo brasileiro: um mapeamento preliminar de uma corrente em ascensão. *História Agora*, n. 1, 2014.

HOMEM dispara tiro em frente a casa da covereadora Samara Sosthenes (PSOL-SP). **Brasil de Fato**, 2021. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/01/31/homem-dispara-tiros-em-frente-a-casa-da-covereadora-samara-sosthenes-psol-sp>>. Acesso em: 16 mar. 2023.

JESUS, J. G. Feminismos contemporâneos e interseccionalidades. *REBEH*, v. 1, n. 1, p. 5-24, 2018.

JUNQUEIRA, R. D. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Revista de Psicologia Política**, São Paulo, vol. 18, nº 43, 2018.

KAAS, Hailey. Similaridades e divergências entre as correntes Feminista Tradicional/Mainstream e o Transfeminismo. IN: BENTO, Berenice; SILVA, Antônio

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. As câmaras municipais brasileiras: perfil de carreira e percepção sobre o processo decisório local. *OPINIÃO PÚBLICA*, v. XI, n. 2, 2005.

KOYAMA, Emi. **The transfeminist manifesto**. *Eminism.org*, 2001. Disponível em: <<http://eminism.org/readings/pdf-rdg/tfmanifesto.pdf>>. Acesso em 16 mar. 2023.

MÁXIMO, Wellton. Pesquisa revela apagão de políticas públicas LGBTI+ em estados. Agência Brasil, 2023. Disponível em: <<https://agenciabrasil.etc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-03/pesquisa-revela-apagao-d-e-politicas-publicas-lgbti-em-estados>>. Acesso em: 16 mar. 2023.

MEDEIROS, Bárbara N.; CASTRO, G. H. C.; SIQUEIRA, M. V. S. Ativismo trans e reconhecimento: por uma “transcis-resistência” na política brasileira. *Revista Brasileira de Ciência Política* [online]. 2022, n. 37

MENDES, Bárbara; BARBABELA, Pedro. TRANSformar a política: notas sobre a representação política de pessoas travestis e transexuais eleitas em 2020. *Sexuality Policy Watch*. 10 abr. 2021. Disponível em:<encurtador.com.br/gxMP1>. Acesso em: 06 ago de 2021.

MOTA, Aydano. Brisa de diversidade na eleição municipal. *Colabora*, 2020. Disponível em: <<https://projetocolabora.com.br/ods16/brisa-de-diversidade-na-eleicao-municipal/>>. Acesso em: 16 mar. 2023.

MUNIZ, Livia. Benny Briolly afirma que deixou o Brasil após ser ameaçada de morte. *Híbrida*, 2021. Disponível em:

<<https://revistahibrida.com.br/brasil/benny-briolly-afirma-que-deixou-o-brasil-apos-ser-amea-cada-de-morte/>>. Acesso em: 16 mar. 2023.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. Transfeminismo negro: tensionando Interseccionalidades. In: BOAKARI, Francis Musa; SILVA, Francilene Brito da Silva; BATISTA, Ilana Brenda Mendes. (orgs.). Políticas Públicas e Diversidade [e-book]: Quem precisa de Identidade? Teresina: EdUFPI, 2020. p. 130-141. Disponível em: https://ufpi.br/arquivos_download/arquivos/E_BOOK_10_NOV_2020_E_book_Pol%C3%A DticasP%C3%BAblicaseDiversidade2020111102658.pdf. Acesso em: 16 mar. 2023.

NITERÓI. Lei nº 3.645, de 13 de outubro de 2021. Altera a lei nº 3.474, de 07 de fevereiro de 2020, para institui no calendário oficial da cidade de Niterói o dia municipal de luta e combate ao Transfeminicídio - “lei Dandara Brun”, a ser celebrado no dia 14 de maio de cada ano. Niterói, RJ: Diário Oficial de Niterói, 2021.

NITERÓI. Resolução nº 3.111, de 2021. Institui, no âmbito da Câmara Municipal de Niterói, a Frente Parlamentar em Defesa da Cidadania LGBTIA+. Niterói, RJ: Diário Legislativo Câmara Niterói, 2021.

NITERÓI. Decreto Legislativo, nº 2.888, de 2021. Concede título de cidadã niteroiense à deputada estadual (PSOL-SP), Érica Malunguinho, por ter inspirado tantas mulheres trans em nosso município, sendo a primeira mulher trans preta do mundo a se tornar parlamentar. Niterói, RJ: Diário Legislativo Câmara Niterói, 2021.

PITKIN, Hanna. “Representação: palavras, instituições e ideias”. In: **Revista Lua Nova**. São Paulo: nº 67, 2006.

PHILLIPS, Anne. De uma política de ideias a uma política de presença? *Revista Estudos Feministas* [online]. 2001, v. 9, n. 1 [Acessado 16 mar. 2023], pp. 268-290. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2001000100016>>. Epub 16 Maio 2002.

QUILOMBO PERIFÉRICO. **Não seremos interrompidas**. 31 jan, 2021. Instagram: @quilomboperiferico. Disponível em https://www.instagram.com/p/CKuJSGQHjKS/?utm_source=ig_embed&ig_rid=ce1d6430-7283-4cf1-8e1d-8c130ea946b2. Acesso em: 16 mar. 2023

SANTOS, Gustavo. Diversidade sexual e política eleitoral: analisando as candidaturas de travestis e transexuais no Brasil contemporâneo. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, Rio de Janeiro, n. 23, p. 58-96, 2016

VEREADOR SANSÃO PEREIRA. Sansão Pereira. Em defesa da fé. Disponível em: <<https://www.sansaopereira.com.br/em-defesa-da-fe>>. Acesso em: 16 mar. 2023.

CÂMARA MUNICIPAL DE NATIVIDADE. Rio de Janeiro. Ata da reunião realizada no dia 28 de junho de 2021. 21ª Sessão Ordinária do 1º Período Legislativo da 1ª Sessão Legislativa. Disponível em https://www.camaranatividade.rj.gov.br/uploads/ATAS/2021/MAI/556-02-05-04-28_06_2021.pdf. Acesso em: 16 mar. 2023